



5° SIMULADO
PARA 1ª FASE

XXXIII

EXAME DE ORDEM

PROVA OBJETIVA

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.

Preencha o gabarito: <https://bit.ly/Simulado-OAB-1ªfase-25-09>



Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

ÉTICA PROFISSIONAL

Priscila Ferreira

Questão 1

Determinada chapa que concorre no Conselho Seccional de São Paulo foi multada em 10 (dez) anuidades, sob a alegação de propaganda antecipada e com a prática de atos que visavam a exclusiva promoção pessoal de candidatos.

Acerca da situação relatada, assinale a alternativa correta.

- a) A propaganda antecipada ou proibida importará em notificação, expedida pela Comissão Eleitoral competente, para que em 48 (quarenta e oito horas), seja suspensa, sob pena de aplicação de multa.
- b) A propaganda antecipada ou proibida importará na aplicação direta de multa correspondente ao valor de 01 (uma) até 10 (dez) anuidades, a ser expedida pela Comissão Eleitoral competente.
- c) A propaganda antecipada ou proibida importará em notificação de advertência a ser expedida pela Comissão Eleitoral competente para que, em 24 (vinte e quatro horas), seja suspensa, sob pena de aplicação de multa.
- d) A propaganda antecipada ou proibida importará na abertura de procedimento de indeferimento ou cassação de registro da chapa ou do mandato, se já tiver sido eleita.

Questão 2

O estagiário Pedrito foi contratado por um grande escritório de advocacia em São Paulo, sendo informado que alguns atos poderiam ser praticados por ele isoladamente, o que deixou o estagiário um pouco assustado pela responsabilidade inerente.

Nesta situação, assinale a assertiva que contempla a atividade que não pode ser exercida isoladamente pelo estagiário:

- a) retirar e devolver autos em cartório, assinando a respectiva carga.
- b) obter junto aos escrivães e chefes de secretarias certidões de peças ou autos de processos em curso ou findos.
- c) assinar petições de juntada de documentos a processos judiciais ou administrativos.
- d) realizar audiências administrativas e judiciais.

Questão 3

Dr. André, advogado trabalhista, iniciou a sua carreira recentemente, mas já tem angariado diversos clientes, e que lhe tem proporcionado alguns milhões em sua conta bancária. Estando satisfeito com o sucesso de sua advocacia e almejando demonstrar como é possível adquirir diversos dígitos em conta bancária, o advogado começa a ostentar em rede social, fazendo publicidades em que mostra os seus veículos, viagens e hospedagens em grandes Hotéis no Instagram.

Diante do exposto, e nos termos do Provimento n. 205/2021 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a alternativa correta.

- a) A atitude do advogado torna-se vedada, apenas se a publicidade baseada na ostentação estiver relacionada ao exercício da profissão.
- b) A atitude do advogado é adequada aos ditames estipulados pela Conselho Federal da OAB, quando não mercantilizar a atividade de advocacia.
- c) A atitude do advogado torna-se vedada, já que visa uma publicidade baseada na ostentação de bens relativos ou não ao exercício da profissão.
- d) A atitude do advogado é adequada aos ditames estipulados pela Conselho Federal da OAB, caso não faça conexão com o exercício da advocacia.

Questão 4

A recém advogada Pedrita, já inscrita na OAB, pretende ter acesso a Caixa de Assistência dos Advogados, especialmente pelos benefícios que lhe serão garantidos. Contudo, deve-se observar que o acesso da advogada à Caixa de Assistência dos Advogados, como regra, está condicionada à:

- a) carência de dois anos, após o deferimento da inscrição.
- b) carência de três anos, após o deferimento da inscrição.
- c) pagamento, pelo inscrito, de três anuidades à OAB, no mínimo, desde o deferimento da inscrição.
- d) regularidade do pagamento, pelo inscrito, da anuidade à OAB.

Questão 5

Maria Joaquina, recém-formada na faculdade de direito, foi aprovada no concurso de analista do Ministério Público e prontamente tomou posse, o que foi questionado por alguns servidores, quanto a essa possibilidade, segundo o EAOAB.

Diante dos fatos apresentados, assinale a alternativa correta.

- a) Maria exercerá atividade incompatível com a advocacia e sua inscrição na OAB deverá ser cancelada.
- b) Maria exercerá atividade incompatível com a advocacia e a sua inscrição na OAB será licenciada.
- c) Maria estará impedida para o exercício da advocacia e terá sua inscrição na ordem licenciada.
- d) Maria estará impedida para o exercício da advocacia e a sua inscrição será cancelada.

Questão 6

Ferdinando concorre ao cargo de Conselheiro Seccional de São Paulo em uma das Chapas que possuiu um grande destaque, durante todo o processo eleitoral. Contudo, as doações realizadas à chapa de Ferdinando estão sendo questionadas, já que ultrapassam o limite máximo de doações, estipuladas pelo Conselho Federal.

Acerca do tema, doações, assinale a alternativa correta.

- a) Desde o pedido de registro da chapa, poderá ser efetuada doação para a campanha por aqueles que sejam ou não advogados.
- b) Desde o pedido de registro da chapa, poderá ser efetuada doação para a campanha por advogados, inclusive candidatos, sendo vedada a doação por pessoas físicas que não sejam advogados.
- c) Desde o pedido de registro da chapa, as doações poderão ser realizadas tão somente por advogados, sendo vedada por candidatos.
- d) Desde o pedido de registro da chapa, pessoas jurídicas associadas a escritórios de advocacia poderão realizar doações, sob a análise do Conselho Federal.

Questão 7

Dr. Renato Bolonha responde a processo disciplinar, em razão de ter quebrado o sigilo profissional, sem observar as hipóteses autorizadas pelo EAOAB. Nesta situação, em sede de processo disciplinar, compete ao relator do processo determinar a notificação do representado para apresentar defesa prévia, no prazo de

- a) 15 (quinze) dias.
- b) 10 (dez) dias.
- c) 5 (cinco) dias.
- d) 7 (sete) dias.

Questão 8

O advogado Dr. Vandeco foi indiciado por dirigir alcoolizado e provocar um grande acidente de trânsito com vítimas na Av. Marginal Tietê em São Paulo/SP.

Quando conduzido à Delegacia de Polícia, o advogado solicitou a presença do representante da OAB, o que foi rechaçado pela autoridade policial do local.

Diante da situação retratada, assinale a alternativa correta.

- a) A autoridade policial agiu de forma equivocada, já que se refere a uma prerrogativa do advogado ter a presença de um representante da OAB, em todo território nacional.
- b) A autoridade policial agiu de forma acertada, pois a OAB somente poderá prestar assistência se houver prisão em flagrante.
- c) A autoridade policial agiu de forma acertada, pois a OAB somente poderá prestar assistência no inquérito policial.
- d) A autoridade policial agiu de forma acertada, pois o delito ao advogado imputado não decorre do exercício profissional.

FILOSOFIA DO DIREITO

Jean Vilbert

Questão 9

“As primeiras uniões de pessoas, oriundas de uma necessidade natural, são aqueles entre seres incapazes de existir um sem o outro [...] — isto NÃO é resultado de uma escolha, mas, nas criaturas humanas, tal como nos outros animais e plantas, há um impulso natural” (ARISTÓTELES. Política. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1997, p. 13-14).

Sobre o pensamento aristotélico com relação à sociedade, é CORRETO afirmar:

- a) A sociedade é condição de vida para o homem, é por isso que ele opta pela vida gregária mediante o contrato social.
- b) O homem é um animal político e fora da sociedade só há deuses e bestas.
- c) O mito da caverna é uma analogia aristotélica da vida do homem em sociedade.
- d) A sociedade perfeita é espelhada no mundo das ideias.

Questão 10

É deferido ao jurista romano Eneu Domício Ulpiano (150-223) a autoria do ditame “*Juris Praecepta Sunt haec: Honeste Vivere, Alterum Non Laedere, Suum Cuique Tribuere*”, algo como: tais são os preceitos do direito: viver honestamente, não ofender ninguém, dar a cada um o que lhe pertence.

Sobre a ideia de que “justiça é a vontade constante e perpétua de dar a cada um o que é seu por direito”, é CORRETO afirmar:

- a) A derivação não ofender ninguém é uma pretensão positiva e epistemológica do princípio de ordem social.
- b) A máxima condensa os princípios gerais do pensamento jurídico-filosófico da antiguidade greco-romana, depois transportados à contemporaneidade.
- c) Dar a cada um o que lhe pertence volta a atenção da justiça exclusivamente à distribuição das benesses sociais conforme o direito.
- d) Viver honestamente generaliza o mandamento de justiça sob o enfoque positivo, isto é, de acordo com a lei declarada.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Diego Cerqueira

Questão 11

Com o objetivo de garantir uma boa produtividade no serviço público, projeto de lei estadual, de iniciativa parlamentar, cria uma gratificação de produtividade em favor de determinados servidores que, no exercício de suas atribuições, alcancem metas previamente estabelecidas. O projeto é aprovado pela Assembleia Legislativa e, em seguida, encaminhado ao Governador do Estado, que o sanciona.

Ao tomar conhecimento do ocorrido, a associação nacional da categoria ingressou com arguição de descumprimento de preceito fundamental, na qual requeria que fosse reconhecida a inconstitucionalidade parcial da Lei. Em relação ao uso da arguição de descumprimento de preceito fundamental, no caso concreto, ele é:

- a) cabível, já que foi violado um preceito fundamental e as lesões assumiram proporção nacional.
- b) incabível, por não estar presente a subsidiariedade.
- c) cabível, já que foi violado um preceito fundamental, com a correlata afronta à esfera jurídica individual.
- d) incabível, já que não pode ser proposta contra lei estadual.

Questão 12

Com o intuito de aprimorar os conteúdos estudados pelos alunos da rede pública, o Estado Beta editou a Lei nº XXX/2021, incluindo a disciplina de formação para o trânsito nos currículos do 1º e do 2º graus de ensino da rede pública estadual. À luz da sistemática constitucional de divisão de competências legislativas, a Lei nº XXX/2021 é:

- a) inconstitucional, pois compete aos Municípios legislar sobre o assunto.
- b) constitucional, pois compete aos Estados legislar sobre matérias de interesse local.
- c) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre o assunto.
- d) constitucional, pois compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre o assunto.

Questão 13

Determinada sociedade empresária ingressou com ação judicial para discutir a exigibilidade de crédito tributário. A empresa foi intimada, pelo juízo, a promover o depósito prévio do valor objeto de discussão, o qual seria requisito de admissibilidade para o prosseguimento da demanda. Entendendo que essa determinação afrontava a ordem constitucional vigente e entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, requereu que o seu advogado adotasse a medida mais adequada à solução célere da questão, buscando evitar que a dúvida persistisse por longos anos até ser definitivamente julgada pela última instância competente. Com base no sistema jurídico-constitucional vigente, assinale a alternativa correta:

- a) O advogado ingressou corretamente com mandado de injunção perante o Superior Tribunal de Justiça.
- b) O advogado ingressou corretamente com reclamação perante o Supremo Tribunal Federal.
- c) O advogado ingressou corretamente com reclamação perante o Superior Tribunal de Justiça.
- d) O advogado ingressou corretamente com recurso especial perante o Superior Tribunal de Justiça.

Questão 14

Gabriela, servidora pública estadual, respondeu a processo administrativo disciplinar (PAD) e recebeu, ao final, a sanção de suspensão de 10 (dez) dias, o que também lhe acarretou outros prejuízos estatutários. Apesar da gravidade das consequências, Gabriela não foi defendida por advogado.

De acordo com as garantias constitucionais asseguradas aos brasileiros em geral, assinale a alternativa correta.

- a) a ausência de defesa por advogado não afronta a ordem constitucional, desde que tenham sido assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- b) a ausência de defesa por advogado afronta a garantia constitucional do devido processo legal.
- c) a ausência de defesa por advogado não afronta a ordem constitucional, se Gabriela renunciou o direito.
- d) a ausência de defesa por advogado afronta a garantia constitucional do contraditório.

Questão 15

Mark é americano e residia há mais de vinte anos em Alagoas quando obteve a nacionalidade brasileira. Após 2 anos, diante de uma oportunidade de emprego viajou ao País X e fixou residência. Mark soube que a lei local condicionava sua permanência e trabalho à aquisição da nacionalidade local, razão pela qual solicitou e obteve a nacionalidade do País.

Cinco anos após obter tal nacionalidade, retornou definitivamente ao Brasil e foi informado que seu título eleitoral havia sido cancelado, tendo como fundamento a perda da nacionalidade brasileira pela voluntária aquisição da nacionalidade no País X. Diante da situação procurou você como advogado para analisar a situação. Diante da situação assinale a alternativa correta.

- a) a Constituição Federal de 1988 veda a perda da nacionalidade brasileira.
- b) a aquisição de outra nacionalidade estrangeira sempre ocasiona a perda da nacionalidade brasileira.
- c) a imposição pelo País X à naturalização de Mark, como condição de permanência em seu território, não ocasiona a perda da nacionalidade brasileira.
- d) em virtude da perda da nacionalidade, Mark deverá aguardar mais de quinze anos para solicitar a reaquisição da nacionalidade brasileira.

Questão 16

Jorge, presidente da Assembleia Legislativa do Estado Beta, em seu primeiro mandato, substituiu o governador nos seis meses anteriores ao pleito eleitoral. No entanto, Jorge pretende se candidatar a Governador, no mesmo estado, nas eleições estaduais daquele ano. Alguns juristas questionaram a possibilidade, gerando grande debate. Diante do caso apresentado e com base no sistema jurídico-constitucional vigente, assinale a alternativa correta.

- a) Jorge só poderá concorrer ao cargo de governador, no mesmo estado, nas eleições estaduais daquele ano se o STJ o autorizar.
- b) Jorge poderá concorrer ao cargo de governador, no mesmo estado, nas eleições estaduais daquele ano e poderá concorrer à reeleição no pleito posterior.
- c) Jorge poderá concorrer ao cargo de governador, no mesmo estado, nas eleições estaduais daquele ano, mas não poderá concorrer à reeleição no pleito posterior.
- d) Jorge só poderá concorrer ao cargo de governador, no mesmo estado, nas eleições estaduais daquele ano se o STF o autorizar.

Questão 17

Mário, Chefe do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município X, alegando falta de conveniência e oportunidade, recusou-se a fornecer para uma funcionária pública municipal, a sua certidão de tempo de serviço que é necessária para pedir determinado benefício. Diante da violação abusiva a seu direito, a funcionário procurou um advogado para ingressar com a medida judicial cabível.

- a) É cabível um Habeas Data.
- b) É cabível uma Ação Popular
- c) É cabível um Mandado de Segurança Individual.
- d) É cabível um Mandado de Injunção.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

Questão 18

A Associação Brasileira de Defensores da Liberdade pretende realizar manifestação pacífica nas ruas de todas as capitais brasileiras. A manifestação é comunicada aos diversos núcleos da Associação por meio de postagens públicas em redes sociais na internet. Em uma entrevista de rádio, você, como advogado, foi convidado a se manifestar sobre a licitude dessas manifestações, ocasião em que afirmou corretamente que a Constituição Federal:

- a) assegura a possibilidade de reunião pacífica em locais abertos ao público desde que autorizadas pelo Município local.
- b) não traz disposição expressa sobre o assunto, no entanto, a jurisprudência tem admitido, de forma ampla, a possibilidade de reunião pacífica em locais abertos.
- c) assegura a possibilidade de reunião pacífica em locais abertos ao público, exigindo apenas prévio aviso à autoridade competente, requisito que é cumprido pela postagem pública em redes sociais na internet.
- d) assegura a possibilidade de reunião pacífica em locais abertos ao público, exigindo apenas prévio aviso à autoridade competente, mas esse requisito não é cumprido pela postagem em redes sociais na internet, revelando-se necessária a notificação formal à Prefeitura de cada Município em que for ocorrer manifestação.

Questão 19

Alfred cidadão do país Zeta praticou crime de corrupção e conseguiu se evadir para o Brasil, onde reside atualmente há aproximadamente um ano. As autoridades públicas do país Zeta verificaram a ocorrência do crime e que o infrator estava no Brasil, de modo que deram início a processo de extradição perante o Supremo Tribunal Federal. Durante o curso do processo, Alfred demonstrou no processo que o país Zeta admite a pena de morte, a qual tem sido reiteradamente aplicada como condenação pela prática de crimes de corrupção. Geraldo, advogado de Alfred, informou corretamente ao seu cliente que:

- a) a Constituição Federal brasileira veda apenas a extradição de brasileiros, havendo risco concreto de que Alfred possa ser extraditado.
- b) caso Alfred consiga demonstrar que a extradição tem fins políticos, seria possível evitar a extradição, mas não há elementos concretos, até o momento, que permitam um prognóstico exato sobre o resultado do processo.
- c) a Constituição Federal brasileira veda a extradição de brasileiros e de acusados de crimes políticos, no entanto, a interpretação que se firmou em sede de jurisprudência é no sentido de que, em observância ao princípio da soberania e da reciprocidade, é preferível a extradição de pessoas acusadas de crime de corrupção, motivo pelo qual o prognóstico é no sentido de que é provável a extradição de Alfred.
- d) tanto a Constituição Federal brasileira quanto diversos documentos internacionais ratificados pelo Estado brasileiro vedam a aplicação de pena de morte, portanto, como foi demonstrada a aplicação efetiva dessa pena em caso de crimes de corrupção, é improvável que seja deferida a extradição.

DIREITO INTERNACIONAL

Vanessa Arns

Questão 20

Determinado tratado entre os países A e B foi considerado nulo. Tal nulidade se deu em virtude de violar uma norma imperativa de direito internacional. Considerando-se as normas *jus cogens* no direito internacional dos tratados, é correto afirmar que é uma norma:

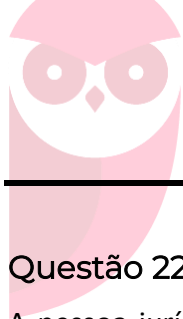
- a) determinada por tratado que tenha sido ratificado por todos os signatários, segundo o direito interno de cada um.
- b) reconhecida pela comunidade internacional como aplicável a todos os Estados, da qual nenhuma derrogação é permitida.
- c) internalizada como direito interno por todos os estados signatários de determinado tratado.
- d) de direito humanitário, expressamente reconhecida por todos os países e aplicável a todo e qualquer Estado em situação de conflito.

Questão 21

Jean nasceu na França, filho de pai brasileiro naturalizado e mãe francesa. Viveu até os 30 anos em Lyon, onde se formou em Farmácia. Em 2017, Jean foi convidado por uma universidade brasileira para fazer parte de um projeto de pesquisa destinado produzir novas vacinas. Embora viajasse com frequência para a França, Jean passou a residir no Brasil, optando, em 2018, pela nacionalidade brasileira. No início de 2010, uma investigação conjunta entre as polícias brasileira e francesa descobriu que Jean fez parte, no passado, de uma quadrilha internacional de biopirataria. Detido em Manaus, ele confessou que, entre quando ainda vivia em Paris, fez parte de tal quadrilha para pagar seus estudos.

Com relação ao caso hipotético acima, é correto afirmar que

- a) se a França assim requerer, Jean poderá ser extraditado, pois cometeu crime comum sujeito à jurisdição francesa antes de optar pela nacionalidade brasileira.
- b) a critério do Ministério da Justiça, Jean poderá ser expulso do território nacional pelo crime cometido no exterior antes do processo de aquisição da nacionalidade, a menos que tenha filho brasileiro que, comprovadamente, esteja sob sua guarda e dele dependa economicamente.
- c) Jean poderá ser deportado para a França, a menos que peça asilo político.
- d) Jean não poderá ser extraditado, expulso ou deportado em qualquer hipótese.



Estratégia

DIREITO TRIBUTÁRIO

OAB

Rodrigo Martins

Questão 22

A pessoa jurídica ABC Ltda. constatou que autodeclarou e efetuou o pagamento a maior do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados nos últimos quatro exercícios. Com base na hipótese, assinale a alternativa correta acerca da possibilidade de repetição do indébito:

- a) Não é possível a devolução do imposto pago a maior, pois, apesar de indevidamente recolhido, não cabe restituição de imposto indireto.
- b) Não é possível a devolução do imposto pago a maior, pois o pagamento foi espontâneo.
- c) A contribuinte poderá formular pedido administrativo ou judicial de repetição de indébito, desde que comprove que assumiu o referido encargo ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.
- d) A contribuinte poderá formular somente pedido administrativo de repetição de indébito, desde que comprove que assumiu o referido encargo ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Questão 23

José omitiu propositalmente rendimentos em sua Declaração Anual do Imposto de Renda do exercício passado, deixando de recolher, por isso, parte do IR - Imposto sobre a Renda que era efetivamente devido. Ocorre que a Receita Federal do Brasil constatou essa omissão, efetuou o lançamento e notificou José, nos termos da lei, acerca do crédito tributário em aberto. Assim que recebeu a notificação do lançamento, José se dirigiu à Receita Federal e confessou a infração, prontificando-se a pagar, imediatamente, o imposto devido. Com base na hipótese, assinale a alternativa correta:

- a) Acaso José tivesse procedido com mera culpa, ou seja, se a omissão de rendimentos tributáveis tivesse ocorrido por mero esquecimento, ele poderia pagar somente o imposto devido acrescido de correção monetária e de juros de mora, excluindo o pagamento de multa.
- b) A confissão de José acerca da infração exclui a imposição da multa e dos juros de mora, ficando ele obrigado tão somente ao pagamento do imposto devido acrescido de correção monetária.
- c) Como José se apresentou à Receita Federal e confessou a infração somente após a notificação do lançamento, deverá pagar o imposto devido, acrescido de correção monetária, de juros de mora e da multa cabível.
- d) A confissão de José acerca da infração exclui a imposição da multa, ficando ele obrigado tão somente ao pagamento do imposto devido acrescido de correção monetária e de juros de mora.

Questão 24

A pessoa jurídica ABC Ltda. adquiriu um estabelecimento comercial da pessoa jurídica XYZ Ltda. e prosseguiu na exploração de suas atividades, sob outra razão social. O estabelecimento adquirido possuía dívidas tributárias, anteriores à celebração do negócio jurídico de venda e compra. Passados três meses da celebração do negócio, a alienante iniciou nova atividade empresarial em outro ramo de comércio. Com base na hipótese, assinale a alternativa correta acerca da responsabilidade da adquirente sobre aqueles tributos devidos pelo estabelecimento adquirido:

- a) Responderá integralmente por todos os tributos.
- b) Responderá solidariamente, com a alienante, por todos os tributos.
- c) Não responderá por qualquer tributo.
- d) Responderá subsidiariamente, em relação à alienante, por todos os tributos.

Questão 25

Determinado Município concedeu isenção de IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, por 2 (dois) anos, aos proprietários que plantarem no mínimo 5 (cinco) árvores nos seus imóveis. Com base na hipótese, assinale a alternativa correta:

- a) Tal isenção constitui hipótese de extinção daqueles créditos tributários.
- b) Tal isenção constitui hipótese de suspensão da exigibilidade daqueles créditos tributários.
- c) A isenção concedida por prazo determinado e em função de determinadas condições, como é o caso, pode ser revogada a qualquer tempo.
- d) A isenção concedida por prazo determinado e em função de determinadas condições, como é o caso, não pode ser revogada a qualquer tempo.

Questão 26

Thaís é proprietária de um único apartamento na área urbana do Município X, onde reside com seu esposo e filhos. Como ela não pagou o IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano e a Taxa de Coleta de Lixo Domiciliar relativos ao imóvel dos últimos 3 (três) exercícios, a Fazenda Pública Municipal ajuizou Ação de Execução Fiscal para fins de cobrança. Com base nas disposições legais em vigor, assinale a alternativa correta:

- a) A impenhorabilidade do bem de família não é oponível em face da cobrança do IPTU, mas é oponível em face da cobrança da Taxa de Coleta de Lixo Domiciliar.
- b) A impenhorabilidade do bem de família não é oponível em face da cobrança do IPTU e da Taxa de Coleta de Lixo Domiciliar.
- c) O imóvel residencial próprio do casal é impenhorável, não devendo responder por qualquer tipo de dívida.
- d) Os bens e rendas do sujeito passivo respondem pelo pagamento de todo crédito de natureza tributária, sem exceções.

Questão 27

Tício estava a caminho de casa, andando em sua bicicleta, quando foi surpreendido por um ônibus da concessionária de transporte público municipal dirigido por Mévio, que ultrapassou o sinal vermelho. Na ocasião, Tício veio a óbito em razão da colisão. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- a) Caso Tício também tivesse praticado infração de trânsito, contribuindo para a ocorrência do evento, configurar-se-ia culpa concorrente, com a consequente exclusão da responsabilidade da concessionária.
- b) A família de Tício precisará comprovar o dano, a conduta, o nexó causal e a culpa da concessionária para ter direito à indenização, pois a responsabilidade da concessionária é subjetiva.
- c) Em caso de ajuizamento de ação de reparação civil pelos herdeiros de Tício, a concessionária responderá de forma objetiva e o prazo prescricional para o ajuizamento da ação será de três anos, por força do Código Civil.
- d) Caso Tício estivesse trafegando na contramão da via e Mévio não tivesse ultrapassado o sinal vermelho, de modo que o óbito de Tício decorresse de culpa exclusiva da vítima, a concessionária não seria responsabilizada em virtude do evento.

Questão 28

Lúcio, prefeito do Município de Paraisinho, muito preocupado com sua gestão, resolveu promover a seus servidores e agentes públicos um curso sobre a lei de improbidade administrativa. Supondo ter sido você o advogado convidado para discorrer sobre o tema, fora questionado por Maria, secretária de administração, e por Ronaldo, servidor efetivo municipal, sobre o assunto improbidade administrativa por enriquecimento ilícito. Acerca do tema é correto afirmar que:

- a) Segundo a doutrina majoritária, é dispensável a comprovação do dano ao erário para a sua configuração.
- b) Em situação hipotética, o fato de Maria, secretária de administração, praticar ato culposos, por si só não será motivo suficiente para excluir o enquadramento como ato de improbidade administrativa por enriquecimento ilícito.
- c) Conforme jurisprudência do STJ, na hipótese de aquisição por Ronaldo, no exercício de função pública, de bem imóvel cujo valor seja desproporcional a sua renda, o ônus da prova da proporcionalidade do valor do bem adquirido e de sua renda caberá ao próprio agente público.
- d) Na hipótese de aquisição por Ronaldo, no exercício de função pública, de bem imóvel cujo valor seja desproporcional a sua renda, dentre as possíveis sanções para tal prática, a lei de improbidade administrativa prevê multa civil de até 3 (três) vezes o valor do dano.

Questão 29

Luiz, secretário municipal de segurança pública, no intuito de uniformizar os procedimentos administrativos em sua gestão, delegou a Mariana, secretária de administração, a prática de alguns atos administrativos. Acerca do caso concreto, é correto afirmar que:

- a) A delegação não será possível pois não existe relação de hierarquia entre Luiz e Mariana.
- b) As decisões de Mariana adotadas em razão da delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas por Luiz.
- c) Conforme a Lei 9.784, Luiz apenas não poderá delegar a edição de atos de caráter normativo e a decisão de recursos administrativos.
- d) O ato de delegação de Luiz deverá especificar as matérias e poderes transferidos, os limites da atuação de Mariana, a duração e os objetivos da delegação e o recurso cabível, podendo conter ressalva de exercício da atribuição delegada.

Questão 30

O Município Y foi atingido por intensos alagamentos em virtude das fortes chuvas. Na ocasião, diversas famílias ficaram sem suas casas. No intuito de abrigar, em condições adequadas, as famílias que perderam seus lares, buscou-se a contratação de empresas para fornecimento de colchonetes e materiais básicos de higiene, bem como para construção de alojamentos provisórios no estádio municipal. A respeito da situação, à luz da Lei 14.133/21, é correto afirmar que:

- a) O fornecimento de colchonetes e materiais básicos de higiene, bem como a construção dos alojamentos provisórios, no estádio municipal, trata-se de hipótese de inexigibilidade de licitação, fundamentada na necessidade e urgência da medida.
- b) O fornecimento de colchonetes e materiais básicos de higiene, bem como a construção dos alojamentos provisórios no estádio municipal, trata-se de contratação emergencial e, caso seja necessária outra contratação para execução de obras e serviços, pelas mesmas razões, a conclusão deverá ocorrer no prazo máximo de seis meses, contados da data da ocorrência da emergência.
- c) O fornecimento de colchonetes e materiais básicos de higiene, bem como a construção dos alojamentos provisórios no estádio municipal, trata-se de hipótese de dispensa de licitação, sendo vedada a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no mesmo fundamento.
- d) Considerando tratar-se o caso em análise de situação emergencial ou calamitosa, será possível a contratação emergencial de quaisquer bens, enquanto durar o evento.

Questão 31

Maria é detentora de terreno urbano de grande extensão no Município X, que atualmente encontra-se desocupado e com sinais de abandono. A Associação de Moradores do Bairro Flores, onde está situado o terreno de Maria, apresentou requerimento para desapropriação do referido imóvel e construção de uma creche municipal, considerando os transtornos que vinham sendo causados pelo imóvel, que estava sendo utilizado por terceiros como depósito de lixo. Diante dessa situação hipotética, na qualidade de advogado(a) de Maria, assinale a afirmativa correta.

- a) Maria terá direito ao pagamento de prévia e justa indenização em dinheiro, vez que se trata de imóvel urbano a ser desapropriado.
- b) A desapropriação do imóvel de Maria poderá ser decretada de plano, independentemente de qualquer medida prévia, tendo em vista o interesse público subjacente.
- c) O imóvel de Maria poderia ser desapropriado por qualquer dos entes federativos, visto que a competência administrativa para desapropriar é comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- d) Apenas o Município X mediante lei específica, para área incluída no plano diretor, poderá exigir de Maria que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de parcelamento ou edificação compulsórios, imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo e desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Questão 32

O Município Terra Feliz criou sociedade de economia mista para fins de controle do tráfego de veículos. Dentre suas atribuições, consta a instalação de sensores de velocidade nas vias urbanas e rurais, apuração de infrações e emissão de multas aos infratores. No que se refere ao poder de polícia, é correto afirmar que:

- a) Considerando que a sociedade de economia mista exerce atividade de instalação de sensores de velocidade nas vias urbanas e rurais, apuração de infrações e emissão de multas aos infratores, ou seja, exclusivamente serviço público de atuação típica do Estado, em regime não concorrencial, será possível a delegação do poder de polícia, mesmo tratando-se de pessoa jurídica de direito privado.
- b) Conforme jurisprudência do STJ, o ciclo do poder de polícia compreende as fases de consentimento, fiscalização e sanção.
- c) O Município Terra Feliz poderá delegar apenas atos de execução material do poder de polícia, pois a sociedade de economia mista é pessoa jurídica de direito privado e o poder de polícia é considerado atividade típica de Estado.
- d) A aplicação de sanção oriunda do poder de polícia, qual seja, a multa, dependerá de decisão fundamentada do Poder Judiciário.

Questão 33

João desmatou floresta nativa, em terras de domínio público, sem autorização do órgão competente, em um domingo à noite, momento em que a fiscalização ambiental é mais deficiente. Para imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observou a gravidade do fato; os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental; e a situação econômica do infrator, para aplicação de multa. Diante disso e com base na legislação ambiental, marque a opção correta:

- a) A conduta de João não seria considerada crime se praticada quando necessária à subsistência imediata pessoal do agente ou de sua família.
- b) O baixo grau de instrução ou escolaridade do agente não é circunstância que atenua a pena.
- c) Caso a ação tivesse sido cometida por decisão, no interesse ou benefício de uma empresa, esta não poderia ser responsabilizada na esfera penal. Haveria neste caso apenas responsabilização na esfera civil e administrativa.
- d) Ter praticado esse crime em um domingo à noite não agrava a pena.

Questão 34

Dona Maria possui uma pequena propriedade rural no Sul de Minas, onde cultiva café e laranja. Seu filho, que está cursando Direito na UFMG e adora Direito Ambiental, informou que ela teria que preservar uma parte da propriedade a título de reserva legal.

De acordo com o Código Florestal, qual seria o percentual mínimo a ser preservado neste caso:

- A – 80%
- B – 35%
- C – 20%
- D – 10%

Questão 35

Golias, campeão mundial de levantamento de peso, estava indo para uma competição em que era o favorito ao título, pois em todos os outros campeonatos da categoria ficou em primeiro lugar. O prêmio da competição era R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para o primeiro colocado. Golias estava bem-preparado e suas chances sérias e factíveis. No caminho para a competição, Golias foi atingido por uma pedra jogada por Davi, que tentava atingir um pássaro que passou voando pelo local. Golias precisou ir ao hospital e não compareceu à competição. Sobre o caso, assinale a afirmativa correta:

- a) Davi deverá indenizar Golias pelos danos materiais sofridos e pela perda de uma chance, pois cometeu ato ilícito.
- b) Davi deverá indenizar Golias pelos danos sofridos e pela perda de uma chance, mas não cometeu ato ilícito, pois sua intenção não foi atingir Golias, não se podendo falar em culpa.
- c) Davi deverá indenizar Golias pelo dano emergente, que compreende os danos materiais, morais e estéticos, se houver, pelos lucros cessantes, devido à perda da competição, pois ele deixou de ganhar o valor do prêmio.
- d) Davi não deverá indenizar Golias, pois não tinha a intenção de atingi-lo com uma pedra.

Questão 36

Emanuel e Ronaldo firmaram contrato de depósito gratuito, no qual aquele primeiro se obrigou a guardar um carro de luxo do segundo, pelo prazo de dois meses, período em que estaria viajando pela Europa com sua esposa. Após um mês do início do contrato, Emanuel sofreu um acidente de moto, ficando totalmente inconsciente, sem previsão de melhora. Sobre a situação, é correto afirmar que:

- a) Com a incapacidade de Emanuel, o depósito será estendido, até o final do prazo, à pessoa que assumir a administração dos bens dele.
- b) A pessoa que assumir a administração dos bens de Emanuel deve diligenciar imediatamente a restituição da coisa depositada e, caso Ronaldo não possa receber, deverá recolher ao depósito público ou nomear outro depositário.
- c) Por se tratar de depósito gratuito, a pessoa que assumir a administração dos bens de Emanuel não tem qualquer obrigação com a coisa depositada.
- d) A gratuidade do contrato descaracteriza o depósito, que deve ser necessariamente oneroso, portanto, suas disposições não são aplicáveis ao caso.

Questão 37

Ricardo trabalha como caseiro na chácara de Joaquim há mais de quinze anos. Na chácara há duas casas, a primeira, em que Joaquim reside com sua família, e a segunda, em que Ricardo reside, também com a sua família. Sobre o caso, assinale a afirmativa correta.

- a) Ricardo é considerado possuidor da chácara, pois reside há mais de quinze anos no local, podendo requerer a usucapião.
- b) Ricardo é considerado possuidor da chácara, pois reside há mais de quinze anos no local, mas não pode requerer a usucapião, já que Joaquim também mora no local.
- c) Ricardo é possuidor de boa-fé, pois possui justo título.
- d) Ricardo é considerado mero detentor.

Questão 38

Vicente adquiriu um apartamento do Pedro, localizado na cidade de São Paulo. Pedro afirmou que o imóvel não possuía nenhuma dívida. Uma semana após comprar o imóvel, Vicente foi surpreendido por uma cobrança de condomínio, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e de IPTU, no valor de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais). Ao questionar Pedro, este afirmou que não assumiria a dívida, pois a compra e venda já tinha sido concluída e Vicente deveria assumir sozinho os valores. Sobre o caso, assinale a alternativa correta:

- a) Pedro será responsável por ambas as dívidas, pois anteriores ao contrato de compra e venda.
- b) Pedro e Vicente serão solidariamente responsáveis pela dívida.
- c) Vicente será responsável por ambas as dívidas, tendo posterior ação de regresso contra Pedro.
- d) Vicente será responsável pela dívida do IPTU, pois uma obrigação *propter rem*, enquanto Pedro será responsável pela dívida do condomínio, já que anterior ao contrato de compra e venda.

Questão 39

Mateus firmou contrato de prestação de serviços com João, para a pintura de sua casa. João começou a pintura e Mateus notou alguns detalhes que não estava gostando, decidindo extinguir o contrato, apesar de João realizar seu trabalho de maneira regular. Sobre o caso, é correto afirmar que

- a) A extinção do contrato nesse caso é a espécie rescisão unilateral e sua eficácia é *ex nunc*.
- b) A extinção do contrato nesse caso é a espécie resolução e sua eficácia é *ex tunc*.
- c) A extinção do contrato nesse caso é a espécie rescisão e seu efeito é *ex tunc*.
- d) A extinção do contrato nesse caso é a espécie resolução e sua eficácia é *ex nunc*.

Questão 40

Laura emprestou a sua amiga, Julia, um livro da famosa escritora e apresentadora Oprah Winfrey. O livro era novo, ainda no plástico de invólucro, e havia sido recentemente lançado por uma editora de grande porte, havendo milhares de cópias nas livrarias. Não foi combinado prazo para a devolução do livro. Sobre o caso, assinale a afirmativa correta.

- a) Trata-se de comodato, que é o empréstimo gratuito de coisas infungíveis.
- b) Trata-se de mútuo, que é o empréstimo gratuito ou oneroso de coisas fungíveis.
- c) Trata-se de comodato, que é o empréstimo gratuito ou oneroso de coisas fungíveis.
- d) Trata-se de mútuo, que é o empréstimo gratuito de coisas infungíveis.

Questão 41

Lionel Cristiano Jr., famoso jogador de futebol aposentado, passando por dificuldades financeiras, decidiu entregar sua aeronave como garantia de algumas dívidas. Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

- a) Como a aeronave é móvel, Lionel deverá empenhá-la como garantia da dívida, permanecendo a posse com o devedor, que deverá zelar pelo bem.
- b) Apesar de ser móvel, a aeronave deve ser hipotecada para garantir a dívida, permanecendo a posse com o devedor.
- c) Por ser bem móvel, a aeronave deve ser empenhada. O devedor deve entregar a posse efetiva da coisa ao credor, para a garantia de seu débito.
- d) Como a aeronave é imóvel, Lionel deverá hipotecá-la, permanecendo a posse com o devedor, que deverá zelar pelo bem.

Questão 42

João Paulo, adolescente de 16 anos, teve contra si imposta medida socioeducativa de internação em razão da prática de ato infracional análogo ao homicídio. Fred, advogado de João Paulo, recorreu da decisão, no entanto, o juiz do processo determinou a internação imediata. Fred apresentou petição nos autos requerendo a não aplicação imediata da medida socioeducativa. Na sua argumentação, Fred acentua o entendimento do Supremo Tribunal Federal que determinou a impossibilidade de cumprimento provisório da sentença penal condenatória antes do trânsito em julgado, afirmando que as mesmas razões devem ser aplicadas aos adolescentes aos quais se impõe medida socioeducativa. Sobre o pedido, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que o pedido:

- a) tende a prosperar, pois é vedada a aplicação de entendimento mais prejudicial aos adolescentes do que aquele que se aplica em relação aos adultos condenados criminalmente.
- b) tende a prosperar, pois se aplicam as regras do direito penal, por analogia, às medidas de internação, que são as mais restritivas.
- c) não tende a prosperar, pois, em atenção à finalidade ressocializadora das medidas socioeducativas e ao princípio da atualidade, firmou-se entendimento de que não é possível condicionar a aplicação das medidas ao trânsito em julgado, principalmente porque o adolescente se encontra em situação de risco na sociedade, exposto aos fatores que o levaram a cometer o fato.
- d) não tende a prosperar, pois há previsão expressa do Estatuto da Criança e do Adolescente que determina a aplicação imediata das medidas socioeducativas.

Questão 43

Cláudia, de 4 anos, é filha de Manoela e Ricardo. Ricardo é proprietário de um pequeno comércio e foi condenado criminalmente em razão da prática do crime de receptação por ilícito cometido no comércio. O promotor de justiça responsável pela acusação promoveu, na sequência, pedido de destituição do poder familiar de Ricardo, alegando, em suma, que é inadequada a permanência da criança com uma pessoa condenada criminalmente e que a família é muito pobre. Zivaldo, advogado, amigo da família, assumiu a defesa de Ricardo. Zivaldo fez ver no processo que, apesar de bastante pobre a família de Cláudia, não há fator prejudicial ao seu desenvolvimento pessoal nesse contexto, nem é suficiente a condenação criminal para justificar a perda do poder familiar. Sobre a questão, assinale a alternativa correta:

- a) a condenação criminal por qualquer crime, por si só, é suficiente para a perda do poder familiar.
- b) há hipóteses em que a condenação criminal é fator suficiente para legitimar a perda do poder familiar, e a condenação pelo crime de receptação é uma delas, já que o fato é punido com pena de reclusão.
- c) a condenação pelo crime de receptação, por si só, não é suficiente para embasar a perda do poder familiar, no entanto, a situação de pobreza da família pode ser reconhecida como motivo da perda do poder familiar.
- d) nem a condenação pelo crime de receptação nem a pobreza da família são causas que por si só justificam a perda do poder familiar, devendo a criança permanecer, se não houver outro motivo para o pedido, com a família de origem.



Estratégia

OAB

Questão 44

Maria, profissional recém-formada, animada com seu primeiro emprego, porém sem planejamento financeiro, contraiu diversos empréstimos consignados e pessoais em montante exageradamente superior ao valor de seu salário. Na impossibilidade de arcar com seus débitos, tornou-se inadimplente diante da alta taxa de juros. Desesperada com as cobranças e vendo que suas dívidas estavam comprometendo necessidades básicas de sua família, tais como a escola de seus filhos e gastos com alimentação, ela procurou você, na qualidade de advogado para buscar uma solução, podendo-se afirmar que:

- a) Maria poderá solicitar a qualquer das instituições financeiras a abertura de procedimento de repactuação de dívidas, a ser negociado individualmente com cada um de seus credores.
- b) No processo de repactuação de dívida serão consideradas apenas as dívidas vincendas, posto que as dívidas vencidas deverão ser objeto de cobrança judicial pelas instituições financeiras.
- c) Maria não poderá repactuar dívida referente ao financiamento imobiliário de seus apartamentos, por expressa vedação legal.
- d) O pedido de repactuação não importará em declaração de insolvência civil e poderá ser repetido por Maria após a liquidação das obrigações previstas no plano de pagamento.

Questão 45

Flávio comprou um celular modelo Xfone em site de e-commerce. Ocorre que, minutos após a confirmação da aprovação do pagamento, recebeu um e-mail da loja informando a indisponibilidade do produto em estoque e que, portanto, a compra foi cancelada. Insatisfeito com a postura da loja, tendo em vista que o telefone seria destinado a presentear sua namorada, Mariane, na data do seu aniversário, Flávio o procurou para que pudesse ser orientado sobre as possíveis formas de solucionar o conflito. Diante dessa situação, na qualidade de advogado, é correto afirmar que:

- a) Flávio terá direito apenas ao estorno do pagamento realizado, monetariamente atualizado, sem direito a perdas e danos, pois o cancelamento da compra ocorreu dentro do prazo de 07 (sete) dias.
- b) Flávio não poderá aceitar outro produto, em substituição ao esgotado, na mesma compra, pois a oferta é vinculante.
- c) Flávio não poderá exigir o cumprimento forçado da obrigação, tendo em vista que o cancelamento da compra não se deu por culpa do site de e-commerce e sim por indisponibilidade do produto em estoque.
- d) Flávio poderá desistir da compra, rescindindo o contrato e terá direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada, e a perdas e danos.

Questão 46

Paulo precisa de um veículo automotor para entregar os produtos de seu estabelecimento aos clientes, mas não tem numerário para adquiri-lo. Ele foi aconselhado por sua advogada a celebrar um contrato de arrendamento mercantil. Assinale a opção que indica as faculdades do arrendatário ao final desse contrato.

- (Item 8.4)
- a) Devolver o bem ao arrendador, renovar o contrato ou exercer opção de compra.
 - b) Subarrendar o bem a terceiro ou exercer a opção de compra.
 - c) Subarrendar o bem a terceiro, renovar o contrato ou exercer a opção de compra.
 - d) Devolver o bem ao arrendador ou renovar o contrato.

Questão 47

Os atos do empresário individual impedido por exercer atividade incompatível com a empresa serão considerados:

(Item 2.3)

- a) nulos;
- b) anuláveis;
- c) válidos;
- d) ineficazes;

Estratégia
OAB

Questão 48

Rogerinho pretende iniciar empresa sem a presença de sócios, isso aos dezesseis anos de idade. Foi orientado que poderá constituir uma empresa nas formas de Empresário Individual ou Sociedade Limitada Unipessoal.

Em relação ao que foi orientado, é correto afirmar que:

(Item 2.3)

- a) em ambos os casos, Rogerinho poderá constituir uma empresa com personalidade jurídica própria de pessoa jurídica;
- b) A Sociedade Unipessoal Limitada poderá ser constituída, desde que o seu capital seja superior a 40 (quarenta) vezes o maior salário-mínimo do país;
- c) A Sociedade limitada unipessoal poderá ser constituída por pessoa jurídica;
- d) A Sociedade limitada deve ser constituída por 2 (dois) ou mais sócios;

Questão 49

O estabelecimento empresarial, segundo o código civil é:

(Item 3.5)

- a) uma universalidade de fato, formada por bens materiais e imateriais organizados por empresário ou sociedade empresária;
- b) uma universalidade autônoma com personalidade jurídica própria;
- c) o lugar onde o empresário desenvolve as suas atividades e relação sinonímia com o ponto empresarial;
- d) exclusiva e unicamente vinculado ao lugar onde o empresário ou sociedade empresário desenvolve as suas atividades;

Questão 50

Em relação à sociedade empresarial de cônjuges, é correto afirmar que:

(Item 4.3)

- a) é permitida, salvo se o regime de bens do casal for o da comunhão universal de bens ou da separação obrigatória;
- b) é proibida seja lá qual for o regime de bens;
- c) é permitida, salvo no caso de separação obrigatória;
- d) é permitida, mas depende de autorização judicial;

Estratégia
OAB

Questão 51

A empresa Diamante obteve discute no Superior Tribunal de Justiça importante questão a respeito de direito tributário. O processo correspondente é um recurso especial, mas não foi submetido à sistemática de recursos repetitivos. O advogado da empresa, Leôncio, através de brilhante exposição, conseguiu reverter a jurisprudência até então dominante sobre o tema. Publicado o acórdão, Fabiana, procuradora da Fazenda, apresentou embargos de declaração nos quais, além do pedido principal, pleiteia a modulação dos efeitos da decisão, alegando que a alteração de jurisprudência pode causar sério impacto econômico à União caso aplicada em relação a fatos passados. Sobre o pedido de Fabiana, assinale a alternativa correta:

- a) O Superior Tribunal de Justiça não tem competência para estabelecer a modulação dos efeitos das suas decisões, o que é permitido apenas ao Supremo Tribunal Federal.
- b) Não cabe a modulação de efeitos no caso narrado, pois isso só é possível quando se tratar de recurso especial enquadrado como repetitivo.
- c) É possível a modulação dos efeitos em razão da alteração de jurisprudência, no entanto, isso deveria ter sido alegado pela Fazenda em sede de contrarrazões ao recurso especial, revelando-se inadequada a postulação por meio de embargos de declaração.
- d) É possível a modulação dos efeitos em razão da alteração de jurisprudência e não há óbice a que esse pedido seja veiculado por meio de embargos de declaração.

Questão 52

João reside em Minas Gerais, mas, de férias no Rio de Janeiro, presenciou uma briga de rua em que seu amigo Marcelo foi ferido. Marcelo apresentou, em uma Comarca do Rio de Janeiro, pedido de indenização por danos morais e materiais em face do agressor, elencando João como testemunha do fato. João está assoberbado de trabalho e não gostaria de ter de ir ao Rio de Janeiro apenas para prestar seu depoimento. Consultando seu advogado Carlos, este informou a João corretamente que:

- a) João terá, inevitavelmente, que ir prestar seu depoimento presencialmente no Rio de Janeiro, e não fará jus a reembolso das despesas incorridas na viagem.
- b) João terá, inevitavelmente, que ir prestar seu depoimento presencialmente no Rio de Janeiro, mas fará jus a reembolso das despesas incorridas na viagem.
- c) João poderá ser ouvido por videoconferência ou outro recurso tecnológico adequado, mas isso não é possível na audiência de instrução e julgamento, ato que exige o depoimento presencial das testemunhas.
- d) João poderá ser ouvido por videoconferência ou outro recurso tecnológico adequado, inclusive na audiência de instrução e julgamento.

Questão 53

Sofia foi atropelada por um veículo da Secretaria de Mobilidade Urbana do Estado Alfa, fato que decorreu da negligência do servidor público que estava dirigindo. Sofia propôs ação de indenização e seu pedido foi concedido por decisão que transitou em julgado, a qual condenou o Estado ao pagamento de vinte mil reais (R\$ 20.000,00). Jonas, advogado de Sofia, deu início ao cumprimento de sentença. Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) A Fazenda Pública será citada para pagar o débito, não cabendo mera intimação.
- b) O Juiz deve, de imediato, determinar o depósito do valor devido, pois presume-se a solvabilidade plena da Fazenda Pública.
- c) A Fazenda Pública deve ser intimada na pessoa do seu representante judicial, o qual poderá impugnar a execução no prazo de trinta (30) dias.
- d) Se a Fazenda Pública não impugnar a execução, o Juiz deverá determinar o pagamento no prazo de 15 dias após o prazo de impugnação, sob pena de incidência de multa e honorários advocatícios, ambos no patamar de 10%.

Questão 54

A Associação Cliente Feliz, constituída há 2 anos, com sede em Goiânia, Goiás, pretende ajuizar ação civil pública em face da fabricante de automóveis populares Carros Mil, sediada em São Carlos, São Paulo. Tornou-se fato notório que os carros fabricados pela empresa têm sério defeito no motor, o que causou inúmeras reclamações de compradores do Brasil inteiro. O presidente da Associação consultou Luciano, advogado, sobre a viabilidade do pedido. Luciano corretamente respondeu que:

- a) a Associação deve estar constituída há, pelo menos, 10 anos, o que é condição para a legitimidade ativa em ação civil pública.
- b) a Associação é parte legítima para a ação civil pública, a qual pode ser apresentada na comarca de Goiânia, mas nesse caso os efeitos da decisão só irão beneficiar os compradores com residência em Goiânia no momento do ajuizamento da ação.
- c) a Associação é parte legítima para a ação civil pública, a qual pode ser apresentada na comarca de Goiânia. Nesse caso, ainda assim a ação poderá beneficiar consumidores do Brasil inteiro.
- d) a Associação é parte legítima para a ação civil pública, mas a ação deve ser apresentada na comarca de São Carlos. Nesse caso, ainda assim a ação poderá beneficiar consumidores do Brasil inteiro.

Questão 55

Roberto, acionista majoritário da empresa Audem, está devendo ao Banco Pérola um milhão de reais (R\$ 1.000.000,00), débito ainda não vencido, em razão de financiamento para aquisição de aeronave particular. Entretanto, em razão de maus investimentos realizados no mercado de criptomoedas, Roberto perdeu parte significativa do seu patrimônio. A fim de se furtar ao pagamento da obrigação, Roberto realizou atos de transferência de dois imóveis de sua titularidade para a Audem. O diretor do banco tomou conhecimento das transferências e consultou a advogada chefe do departamento de contencioso, Patrícia, sobre a possibilidade de eventual ação de execução alcançar esses imóveis. Patrícia respondeu corretamente que:

- a) o Código de Processo Civil de 2015 não prevê expressamente desconconsideração inversa da personalidade jurídica, que consiste na possibilidade de se alcançar o patrimônio da empresa em razão de dívida do sócio, no entanto, a jurisprudência admite essa possibilidade.
- b) é cabível a desconconsideração da personalidade jurídica em sede de execução, sendo que o pedido pode ser formulado na própria petição inicial, situação em que a empresa Audem será citada para integrar o processo.
- c) a desconconsideração da personalidade jurídica depende da prévia anulação dos atos de transferência dos imóveis, revelando-se necessário ajuizar ação autônoma prévia à execução.
- d) no curso de eventual processo de execução, o próprio juiz poderia determinar, de ofício, a desconconsideração da personalidade jurídica para preservar os direitos do exequente.

Questão 56

Nayara, advogada, obteve sucesso na defesa de importante grupo empresarial em reclamação trabalhista ajuizada por um sindicato. O presidente do sindicato publicou postagem a respeito em jornal eletrônico, afirmando diversos fatos inverídicos sobre a conduta das empresas e alegando a existência de esquema de corrupção envolvendo o Judiciário. Nayara, para preservar a imagem das empresas, pretende se valer do direito de resposta ou retificação. Consultando a legislação, Nayara descobriu que o direito de resposta ou retificação deve ser exercido por meio do envio de correspondência com aviso de recebimento encaminhada ao veículo de comunicação social. No entanto, a lei estabelece um prazo de decadência para o exercício do direito, contado da data da divulgação, publicação ou transmissão da matéria ofensiva, que é de:

- a) 60 (sessenta) dias.
- b) 100 (cem) dias.
- c) 180 (cento e oitenta) dias.
- d) 1 (um) ano.

Questão 57

Eduardo, pai de Rebeca, de 2 anos de idade, está devendo alimentos à sua filha, os quais estão sendo cobrados em juízo. A execução não tem sido bem-sucedida, restando frustradas diversas tentativas de penhora na residência, de bloqueio de ativos bancários ou de obtenção de informação a respeito de veículo ou imóvel em nome do executado. Eduardo alega que não possui qualquer tipo de patrimônio. No entanto, Paula, ex-esposa de Eduardo e mãe de Rebeca, sabe que ele tem alternado sua vida viajando entre o Brasil e o Canadá e, pelas postagens nas redes sociais, verificou que Eduardo leva uma vida de luxo no estrangeiro, com diversas fotos de mansão, champanhe e carros novos. Paula acabou descobrindo que Eduardo recebeu uma herança considerável de sua tia-avó que residia no Canadá, o que lhe foi informado por um amigo canadense dele. Paula documentou esse fato e peticionou nos autos requerendo a apreensão do passaporte de Eduardo como meio de forçá-lo ao pagamento dos alimentos devidos. Esse pedido foi concebido pela advogada de Paula, Vanessa, que, informada sobre a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e conhecendo a legislação aplicável, lhe informou que:

- a) o juiz tem poder de determinar medidas executivas atípicas, mas esse poder deve ser exercido com atenção para a situação concreta e de forma subsidiária, evitando implementar medidas que manifestamente não possam trazer benefício ao credor.
- b) o Código de Processo Civil de 2015 veda a adoção de medidas executivas atípicas, no entanto, a apreensão de documentos de viagem é prevista expressamente como meio executivo possível.
- c) a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem admitido a adoção de medidas executivas atípicas de forma ampla, mesmo em situações em que não há patrimônio expropriável.
- d) a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem admitido a adoção de medidas executivas apenas nas execuções de alimentos, revelando-se admissível na situação concreta.

DIREITO PENAL

Cristiano Rodrigues

Questão 58

Durante uma discussão de bar, Flavio, inimigo declarado de Vitor, golpeou a barriga de seu desafeto com uma faca, com intenção de matá-lo. Porém, após o primeiro golpe, pensando em seus filhos e em sua família, Flavio se arrependeu de seus atos e optou por não mais continuar golpeando Vitor, apesar de saber que aquele único golpe de faca não seria suficiente para tirar a vida de seu desafeto Vitor. Neste caso, pode-se afirmar que Flavio:

- a) não responderá por crime algum, diante de seu arrependimento.
- b) responderá pelo crime de lesão corporal, em virtude de seu arrependimento eficaz.
- c) responderá pelo crime de lesão corporal, em virtude de sua desistência voluntária.
- d) responderá por tentativa de homicídio.

Questão 59

Claudio e Felipe bebiam em um bar da cidade quando teve início uma discussão sobre futebol. Claudio, objetivando atingir Felipe, desferiu contra ele um disparo de arma de fogo que atingiu a vítima pretendida, mas acaba ferindo também terceira pessoa que se passava pelo local naquele momento. Sendo certo que ambas as vítimas lesionadas faleceram, inclusive aquela cuja morte não foi pretendida pelo agente. Para resolver a questão no campo jurídico, você é chamado (a) como advogado (a) da família e deve esclarecer que será aplicada ao caso a seguinte espécie de erro:

- a) erro sobre a pessoa.
- b) aberratio criminis.
- c) erro determinado por terceiro.
- d) aberratio ictus.

Questão 60

Em razão do aumento do número de crimes de furto qualificado durante o final do não foi editada uma lei que passou a prever que, entre 22 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2015, tal delito passaria a ter pena maior (3 a 9 anos) do que a regularmente prevista no CP (2 a 8 anos). Jorge, em 23 de dezembro de 2015, realiza um furto qualificado contra Fernanda, razão pela qual foi denunciado, em 18 de janeiro de 2016, como incurso nas sanções para o referido crime. Considerando a hipótese narrada, no momento do julgamento, em maio de 2016, deverá ser considerada, em caso de condenação, a pena de:

- a) 2 a 8 anos,, pois a Constituição prevê o princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica ao réu.
- b) 3 a 9 anos, pois a lei temporária tem ultratividade gravosa.
- c) 2 a 8 anos, pois aplica-se o princípio do tempus regit actum (tempo rege o ato).
- d) 3 a 9 anos, pois a lei excepcional tem ultratividade gravosa.

Questão 61

Marcio subtraiu uma TV do seu local de trabalho. Ao chegar em casa com a coisa subtraída, é convencido por seu pai a devolver o aparelho, o que efetivamente vem a fazer no dia seguinte, quando o fato já havia sido registrado na delegacia, tendo sido aberto inquérito policial para apurar os fatos denunciados. Pode-se afirmar, diante do narrado, que o comportamento de Marcio configura:

- a) arrependimento eficaz, não devendo responder por furto.
- b) desistência voluntária, não devendo responder por furto.
- c) furto, sendo irrelevante a devolução do bem a partir do convencimento de seu pai.
- d) arrependimento posterior, com reflexo exclusivamente no processo dosimétrico da pena.

Questão 62

No ano de 2019, Hugo, Jose e Luiz se uniram com a intenção de praticar, reiteradamente, a contravenções penais de jogo do bicho. Sendo assim, reuniam-se todas as sextas feiras do mês de março e decidiram em quais locais o jogo do bicho seria explorado nos meses subsequentes. Além disso, efetivamente, em uma oportunidade, realizaram a exploração r o jogo do bicho em determinado estabelecimento.

Considerando apenas as informações narradas, Hugo, Jose e Luiz responderão

- a) pela contravenção penal do jogo do bicho e pelo crime de associação criminosa.
- b) pela contravenção penal do jogo do bicho, apenas.
- c) pela contravenção penal do jogo do bicho e pelo crime de organização criminosa.
- d) pelo crime de associação criminosa, apenas.

Questão 63

A Delegacia Especializada de Crimes Tributários recebeu informações de órgãos competentes de que o sócio Marcio, de uma sociedade empresária possivelmente teria sonegado imposto estadual, gerando um prejuízo aos cofres do Estado avaliado em R\$ 40.000,00. Foi instaurado, então, inquérito policial para apurar os fatos e ao mesmo tempo iniciado procedimento administrativo para apurar os fatos, não havendo ainda, porem, lançamento definitivo do crédito tributário. O inquérito policial foi encaminhado ao Ministério Público, que resolveu oferecer imediatamente denúncia em face de Marcio, imputando-lhe a prática do crime previsto no Art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.137/90. Diante da situação narrada, você como advogado (a) do caso pode afirmar que nesta hipótese:

- a) Em razão da independência de instância, o lançamento definitivo é irrelevante para configuração da infração penal.
- b) Não se tipifica o crime imputado ao acusado antes do lançamento definitivo.
- c) O crime imputado a Mário é de natureza formal, consumando-se no momento da omissão de informação com o objetivo de reduzir tributo, ainda que a redução efetivamente não ocorra.
- d) O crime imputado a Mário é classificado como próprio, de modo que é necessária a presença de ao menos um funcionário público como autor ou partícipe do delito.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ivan Marques

Questão 64

Cesar, conhecido pelos amigos como o "Rei da Ansiedade", contratou um advogado para oferecer queixa-crime subsidiária pela inércia do Ministério Público em oferecer a denúncia. O defensor, acreditando na palavra do cliente de que o prazo do Ministério Público já estava vencido, elabora a queixa-crime e a oferece perante o juízo criminal da comarca. A respeito do oferecimento de queixa-crime subsidiária antes do esgotamento do prazo para o Ministério Público oferecer a denúncia, aponte a alternativa correta:

- a) O juiz deverá rejeitar a queixa-crime por nulidade decorrente de ilegitimidade de parte.
- b) O juiz deverá receber a queixa-crime e intimar o Ministério Público para retomar a ação penal.
- c) O juiz deverá rejeitar a queixa-crime por falta de justa causa.
- d) O juiz deverá receber a queixa-crime, porém o Ministério Público poderá aditar a queixa-crime.

Questão 65

Certo dia, você é abordado nos corredores do Fórum Criminal de sua cidade com o seguinte questionamento: "Posso pedir medida de segurança para o meu cliente no Júri?" Você, após puxar na memória as suas aulas de processo penal, acertaria a orientação se respondesse que:

- a) o pedido de medida de segurança é possível, tanto na primeira quanto na segunda fase do procedimento especial do Júri, sem nenhuma ressalva.
- b) o pedido de medida de segurança é possível, tanto na primeira quanto na segunda fase do procedimento especial do Júri; porém, na primeira fase, deverá ser a única tese defensiva.
- c) o pedido de medida de segurança somente será possível na segunda fase do procedimento especial do Júri, para que os jurados possam responder a esse quesito específico.
- d) o pedido de medida de segurança somente será possível na primeira fase do procedimento especial do Júri, acompanhado de perícia, pelo fato de os jurados não possuírem conhecimento técnico para responder sobre a condição mental do acusado.

Questão 66

Matilde desferiu inúmeros socos no rosto de Cremilda, chegando inclusive a bater a cabeça da vítima na calçada, após descobrir que a vizinha estava espalhando inverdades a respeito dela. Cremilda contou no grupo da Igreja que Matilde estava se prostituindo porque gostava. Populares que estavam passando no local acionaram uma viatura da Polícia Militar e Matilde foi presa em flagrante por tentativa de homicídio. Ao ser informado de que Matilde possui três crianças pequenas em casa que dependem exclusivamente dela, o juiz, ausentes os requisitos da prisão preventiva, seguindo exatamente o que diz a lei:

5º Simulado de Reta Final OAB 25/09/2021

- a) poderá conceder prisão domiciliar para Matilde, por força dos interesses das crianças.
- b) não poderá arbitrar fiança por força da hediondez do delito.
- c) deverá manter Matilde presa, por força da gravidade do crime, durante a instrução.
- d) poderá conceder liberdade provisória com fiança, para que Matilde continue cuidando de seus filhos.

Questão 67

Após ser aprovado em primeiro lugar no concurso para perito criminal, Juca é colocado em uma situação delicada e não encontra a melhor forma de agir. O juiz intimou Juca para estar presente na audiência de instrução relacionada a um processo em que ele foi o responsável por uma perícia grafotécnica. Porém, na mesma data, Juca já havia sido intimado para outras duas audiências, em diferentes Comarcas. Com tantas dúvidas, Juca decide pagar uma consulta criminal a você para ajudá-lo. Em relação às dúvidas do perito, marque a alternativa correta:

- a) Juca, por já ter outros compromissos, não precisará comparecer ou se justificar, visto que peritos não podem ser conduzidos coercitivamente.
- b) Juca, por já ter outros compromissos, não precisará comparecer ou se justificar, tendo em vista a escolha de seu nome ter sido feita pela defesa.
- c) Juca, por já ter outros compromissos, não precisará comparecer, porém, deverá se justificar antes da audiência.
- d) Juca, por já ter outros compromissos, não precisará comparecer e será substituído, na audiência, por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

Questão 68

Magda conseguiu reunir uma grande patrimônio após anos de atividade criminosa. Todo dinheiro obtido com o crime, era enterrado no fundo de seu quintal. Após 20 anos sem ser presa, Magda decide, finalmente, desenterrar os seus 20 milhões de reais para comprar uma mansão na praia e uma lancha. Após levar um caminhão em dinheiro para a imobiliária, o corretor de imóveis achou a atitude suspeito e chamou a polícia. Iniciou-se uma série de investigações sigilosas em face de Magda que acabou desmascarada e processada criminalmente. A respeito do patrimônio adquirido com o proveito das infrações, aponte a medida assecuratória correta para a presente situação:

- a) Caberá o arresto do bem móvel e da lancha, adquiridos pela indiciada com os proventos da infração.
- b) Caberá o sequestro do bem móvel e da lancha, adquiridos pela indiciada com os proventos da infração.
- c) Caberá o sequestro do bem móvel e o arresto da lancha, adquiridos pela indiciada com os proventos da infração.
- d) Caberá a especialização da hipoteca legal do bem móvel e o arresto da lancha, adquiridos pela indiciada com os proventos da infração.

Questão 69

Fagner José foi preso preventivamente após longa investigação criminal conduzida pela autoridade policial do 99 Distrito Policial da Capital-SP. Restou comprovado que Fagner é o líder de uma organização criminosa especializada em furto de obras de arte, mediante a utilização de explosivos, e já atua fazendo isso há 6 anos. Após o relatório final do delegado, o inquérito policial é concluído e encaminhado ao Poder Judiciário para providências. O juiz da 1ª Vara Criminal da Comarca de Itanhaém, abre vista ao Ministério Público para a sua manifestação. A respeito desse momento processual, aponte a alternativa CORRETA:

- a) o promotor de justiça terá 30 dias para oferecer a denúncia, mesmo prazo da prisão preventiva para crimes hediondos ou equiparados.
- b) o promotor de justiça terá 15 dias para oferecer a denúncia, seguindo o prazo geral do Código de Processo Penal.
- c) não há prazo legal para o oferecimento da denúncia.
- d) o promotor de justiça terá 5 dias para oferecer a denúncia, seguindo o prazo específico do Código de Processo Penal para suspeitos presos.

DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 70

Pedro, contratado sob a égide do regime celetista, foi afastado de seu emprego pelo interregno de dez dias, dois meses após a sua contratação, por motivo de doença. Nesta situação, acerca do contrato de trabalho, assinale a alternativa correta.

- a) O contrato de trabalho será interrompido, sem pagamento de salários ao empregado, e o período será computado como tempo de serviço.
- b) O contrato de trabalho será interrompido, com pagamento de salários ao empregado, e o período será computado como tempo de serviço.
- c) O contrato de trabalho será suspenso, com pagamento de salários ao empregado, e cômputo do período como tempo de serviço.
- d) O contrato de trabalho será suspenso, com pagamento de salários ao empregado, e sem cômputo do período como tempo de serviço.

Questão 71

Joana Dark foi contratada pela empresa “X” para exercer a função de secretária particular do Sr. Pedro, diretor executivo da empresa.

Contudo, após cinco meses da contratação, a empregada se ausentou injustificadamente pelo período de três dias, o que fez o Sr. Pedro determinar no setor de Recursos Humanos o desconto dos respectivos dias das férias da empregada, mesmo após os protestos de Joana.

Diante da situação retratada, e considerando o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinale a alternativa correta.

- a) Caso seja de comum acordo, o empregador poderá descontar as faltas do seu colaborador no período de férias.
- b) É vedado descontar, do período de férias, as faltas do empregado ao serviço.
- c) As faltas injustificadas ao serviço, durante o período aquisitivo, apenas impactam no descanso semanal remunerado.
- d) As faltas injustificadas ao serviço, durante o período aquisitivo, implicam apenas na perda da remuneração do dia de trabalho.

Questão 72

Anderson Boulos foi contratado por uma empresa de Telemarketing, e no ato da contratação foi informado de que a prestação de serviço aconteceria totalmente na modalidade de home office. Ainda, o empregador instruiu o empregado acerca das precauções que deveria se valer para evitar possíveis acidentes do trabalho, entregando-lhe um termo de responsabilidade.

Contudo, após alguns meses de labor, o empregado acidentou-se, justamente por não ter seguido adequadamente as orientações trazidas no termo de responsabilidade, apesar da ausência de fiscalização.

Diante da situação retratada, e nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- a) Não caracteriza acidente do trabalho, já que o empregado não cumpriu com o termo assinado para fins de evitar possíveis acidentes.
- b) Não caracteriza acidente do trabalho, já que o empregado deu causa ao acidente ocorrido durante o labor, o que culmina no recebimento de auxílio-doença, em caso de afastamento.
- c) O acidente ocorrido equipara-se a acidente do trabalho, independente da assinatura do termo e, em caso de afastamento, o empregado deve perceber auxílio-doença acidentário.
- d) O empregador se exime de responsabilidade, já que o empregado não cumpriu com o termo pactuado entre as partes.

Questão 73

A grande loja da estilista Mary Furlan contrata diversas vendedoras para a nova unidade no Rio de Janeiro, mais precisamente no Shopping Leblon. As novas vendedoras foram informadas, no ato da contratação, de que receberiam tão somente através de comissão, não havendo o pagamento de um valor fixo mensal, o que poderia implicar em percepção de valor mensal inferior ao salário-mínimo.

Acerca da modalidade de pagamento pactuada, assinale a alternativa correta.

- a) A modalidade pactuada é lícita, desde que os depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço tenham por base o salário-mínimo.
- b) A modalidade pactuada é ilegal, já que a legislação trabalhista não autoriza o empregado receber apenas comissão, como forma de contraprestação financeira.
- c) A modalidade de comissionista puro permite que o empregado receba tão somente a base de comissões, ainda que em valor inferior ao salário-mínimo.
- d) Trata-se de uma modalidade de comissionista puro, em que aos empregados deverá ser garantido o pagamento do salário-mínimo ou do piso da categoria.

Questão 74

O empregado Benedito pretende empreender em alguns novos projetos e, para tanto, opta por rescindir o seu contrato de trabalho, propondo o distrato para com a empresa, a qual acolhe prontamente, diante da sua atual crise financeira.

Neste sentido, diversos direitos trabalhistas serão devidos nesta hipótese de rescisão, com exceção de

- a) 13º salário proporcional.
- b) Metade do aviso prévio.
- c) Férias proporcionais.
- d) Indenização de 40% sobre o FGTS.

Questão 75

Julie foi contratada pela empresa “X”, e no ato da contratação foi informada de que receberia prêmios, na modalidade de dinheiro, caso tivesse um desempenho superior ao ordinariamente esperado. Contudo, após seis meses de labor, Julie considerou o ritmo de trabalho extremamente intenso e optou por rescindir o pacto laboral, sendo de que de imediato propôs uma Reclamação Trabalhista para fins de integrar o prêmio ao salário.

Acerca do disposto na situação hipotética, assinale a alternativa correta, no que se refere ao prêmio pago pelo empregador.

- a) O prêmio pago a empregada possui natureza salarial, uma vez que o seu pagamento ocorre na modalidade de dinheiro.
- b) O prêmio pago a empregada possuirá natureza salarial, caso seja equivalente a 50% do seu salário fixo.
- c) O prêmio pago a empregada possui natureza indenizatória, já que pago por mera liberalidade do empregador, e segundo metas de desempenho.
- d) O prêmio pago a empregada possui natureza indenizatória, caso se restrinja a dinheiro, sendo vedado o pagamento em bens ou serviços.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 76

Questão 76 – Humberto trabalhou para a empresa “China Express” Ltda., mas insatisfeito com a relação laboral, optou por rescindir o contrato e propor Reclamação Trabalhista pelo rito sumaríssimo.

Em sede de instrução processual, a parte solicitou a realização de perícia para comprovação do labor em ambiente insalubre, o que fez o magistrado converter o rito processual para ordinário, já que a perícia seria incompatível com a dinâmica do rito em que se tramitava a ação.

Diante dessa situação retratada, assinale a alternativa correta.

- a) O magistrado agiu de forma equivocada, já que a perícia é admitida no rito sumaríssimo, hipótese em que a análise do processo deve ser concluída em 45 dias.
- b) O magistrado agiu de forma equivocada, já que a perícia é admitida excepcionalmente no rito sumaríssimo, hipótese em que a análise do processo deve ser concluída em 30 dias.
- c) O magistrado agiu de forma equivocada, já que deveria extinguir o processo sem resolução de mérito.
- d) O magistrado agiu de forma acertada, já que a perícia impede a celeridade processual exigida no rito sumaríssimo.

Questão 77

A entidade filantrópica, Xuxa Meneguel, encontra-se no polo passivo da ação trabalhista intentada por Maria Joaquina. Contudo, a sentença foi julgada totalmente favorável à ex-empregada. Tendo ciência que a ré pretende recorrer ordinariamente da sentença que lhe foi desfavorável, assinale a alternativa correta.

- a) A entidade filantrópica está dispensada do depósito recursal e do pagamento de custas.
- b) A entidade filantrópica está dispensada do pagamento de custas, mas deve realizar o depósito recursal.
- c) A entidade filantrópica está dispensada do depósito recursal, e ficará isenta do pagamento de custas, caso seja beneficiária da justiça gratuita.
- d) A entidade filantrópica está dispensada do pagamento de custas, mas deve realizar o depósito recursal com redução de 50% (cinquenta por cento).

Questão 78

Juliana propôs Reclamação Trabalhista perante a empresa “Y”, tendo obtido uma sentença parcialmente procedente frente aos seus pleitos. Nesta situação, pretendendo recorrer, Juliana requer o benefício da justiça gratuita no prazo alusivo ao recurso ordinário, o que é acolhido pelo magistrado.

Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, acerca do tema, benefício da justiça gratuita, assinale a alternativa correta.

- a) O beneficiário da justiça gratuita continua responsável pelo pagamento dos honorários periciais quando sucumbente na pretensão objeto da perícia.
- b) O beneficiário da justiça gratuita não pode ser condenado ao pagamento de honorários de sucumbência.
- c) O beneficiário da justiça gratuita deve quitar os honorários de sucumbência no prazo de três anos após o trânsito em julgado da decisão, sob pena de inscrição no Cadastro Nacional de Devedores Trabalhistas.
- d) O beneficiário da justiça gratuita não pode ser condenado ao pagamento de honorários de sucumbência em percentual superior a 10% (dez por cento) calculado sobre o valor atualizado da causa.

Questão 79

O magistrado, João Guerra, condenou uma das partes nos autos de Reclamação Trabalhista, proposta por Berenice, a litigância de má fé, ainda que sob protestos do advogado.

Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- a) A litigância de má-fé é aplicável somente ao reclamante e reclamado, não podendo ser aplicada ao interveniente.
- b) A condenação por litigância de má-fé não poderá ser aplicada de ofício, mas tão somente por requerimento das partes.
- c) A execução da multa por litigar de má-fé dar-se-á em autos apartados.
- d) Quando o valor da causa for irrisório, a multa poderá ser fixada em até duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Questão 80

Solange ajuizou reclamação trabalhista contra sua ex- empregadora empresa XYZ Ltda., sendo que deixou de comparecer na data da audiência designada, ocasionando o arquivamento do feito. Ingressou com nova reclamação trabalhista, idêntica à primeira, sendo que na audiência e perante o juiz, desistiu expressamente do feito, com a concordância da empresa.

Diante da situação retratada, Solange

- a) deverá aguardar um ano para propor nova ação.
- b) deverá aguardar seis meses para propor nova ação.
- c) não necessitará aguardar nenhum prazo, podendo ingressar imediatamente com nova ação.
- d) não poderá mais ingressar com nova ação.

Conheça nossos cursos:

Curso para a 1ª fase:

<http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase>

Conheça nosso Sistema de Questões!



ASSINE: Estratégia Questões:

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

Estratégia
OAB